



MUNICÍPIO DE OLHÃO

EDITAL Nº6/2018

ANTÓNIO MIGUEL VENTURA PINA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLHÃO, FAZ SABER QUE:

1º Foi instaurado a **Carlos Manuel Barão Cabeças**, com último domicílio conhecido na Estrada de Quelfes, Loja do Espanha, 8700-000 Olhão, o processo de contraordenação n.º 40/2014 em virtude de ter cometido uma infração ao *Regulamento sobre apascentamento de animais e sua permanência e trânsito em espaço público*, conforme teor do Relatório e Proposta de Decisão com despacho do Senhor Presidente da Câmara datado de 19/09/2017, que se dá por integralmente reproduzido;

2º Em virtude de se terem frustrado as diligências de notificação postal, considera-se que fica o arguido notificado, ao abrigo do disposto da alínea b) do n.º 1 e 2 do artigo 114.º do Código do Procedimento Administrativo, para efeitos dos artigos 46.º, 47.º e 58.º do Regime Geral das Contra - Ordenações (RGCO), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na sua redação atual, e finda a instrução do processo de contraordenação identificado em epígrafe, da decisão a condená-lo na coima no valor de € **200,00 (duzentos euros)**, à qual acresce custas no valor de € 102,00 (cento e dois euros), tudo com os fundamentos de facto e de direito constantes da Decisão cuja cópia anexo.

3º O arguido deverá proceder ao pagamento da coima em que foi condenado no prazo de 10 dias, após o trânsito em julgado da decisão, através de uma das seguintes formas:

- No Balcão Único do Município de Olhão;
- Depósito ou transferência bancária na conta da Caixa Geral de Depósitos a que corresponde o NIB 003505550000125483029, devendo remeter-nos comprovativo do pagamento à ordem do respetivo processo;



MUNICÍPIO DE OLHÃO

- Envio de cheque à ordem do Município de Olhão, com indicação do respetivo processo, do qual após boa cobrança será remetida guia de depósito, como prova de pagamento.

E para constar, se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo e sítio da Câmara Municipal (www.cm-olhao.pt) nos termos do disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 112º do Código do Procedimento Administrativo.

Olhão, sede do Município, aos 10 de Janeiro de 2017

O Presidente,

CERTIDÃO DE AFIXAÇÃO

Certifico que a Secção de Expediente e Limpeza, procedeu à afixação do presente Edital, composto por duas folhas, nos termos do artigo 112º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de Janeiro.

Olhão, 12 de janeiro de 2018

A Coordenadora Técnica da Secção de Expediente e Limpeza

Maria do Rosário S.I. Rodrigues.

Maria do Rosário S.I. Rodrigues

A consideração superior
Parecer:

Concordo
AB 12/09/2017

Concordo.

Decido, nos precisos termos e com os fundamentos, de facto e de direito, do presente Relatório e Proposta de Decisão, pela aplicação da coima no valor de € 200,00 (duzentos euros).

Notifique-se o arguido.

12/09/2017

O Presidente da Câmara Municipal

António Miguel Ventura Pina
Dr. António Miguel Ventura Pina

Processo de Contraordenação n.º 40/2014

Arguido: Carlos Manuel Barão Cabeças

Relatório

(Nos termos e para os efeitos do artigo 126.º do Código de Procedimento Administrativo)

I

Da Acusação

Analizado o conteúdo dos autos, verifica-se que, na sequência dos Autos de Notícia levantados por elementos do Posto Territorial de Olhão do Comando Territorial de Faro da Guarda Nacional Republicana (GNR), foi instaurado o presente processo contraordenacional, *supra* identificado, dando-se cumprimento ao despacho do Exmo. Sr. Vereador com competência delegada (cf. Despacho n.º 42.º/2013 de 18 de outubro e artigo 19.º, n.º 1 do Regulamento *sobre Apascentamento de Animais e permanência e Trânsito em espaço público*, aprovado por deliberação tomada em reunião da Câmara Municipal em 14.05.2014, e aprovação da Assembleia Municipal, em sua sessão de 27.06.2014), exarado nos autos de

4

notícia de fls. 2 a fls.10, contra CARLOS MANUEL BARÃO CABEÇAS, com domicílio conhecido, na Estrada de Quelfes – Loja Espanha, freguesia de Quelfes, 8700, Concelho de Olhão.

Registado o processo, o arguido foi acusado em sede de processo de contraordenação, na qualidade de proprietário e detentor de três equídeos, um de cor cinzenta clara, um de cor cinzenta escura e outro de cor castanha, que aos vinte e nove dias do mês de julho de dois mil e catorze, pelas 15 horas, em Marim – junto à rotunda do Monte – EN 125, freguesia de Quelfes, concelho de Olhão, conforme foi verificado pela G.N.R., Posto de Moncarapacho, se encontravam em apascentamento, presos com cordas numa propriedade privada, sem que o proprietário do terreno tivesse dado autorização para o arguido dar uso aquele terreno para efeitos de apascentamento de animais, tudo conforme os autos de notícia juntos a fls. 2 a fls. 10.

Por tais factos violou o disposto na alínea a) do artigo 16.º do *Regulamento sobre Apascentamento de Animais e permanência e Trânsito em espaço público*. Tais factos consubstanciam a prática de uma contraordenação prevista e punida com uma moldura contraordenacional graduada de € 100,00 a € 2.500,00 nos termos do n.º 1 do artigo 17.º, sem prejuízo de poderem ser agravados os montantes mínimos e máximos em 1/3 em caso de reincidência (n.ºs 6 e 7 do citado artigo 17º).

Sendo o arguido o detentor dos três equídeos *supra* descritos foi-lhe imputada a autoria material da prática de:

-uma infração ao estatuído na alínea a) do artigo 16.º do *Regulamento sobre Apascentamento de Animais e permanência e Trânsito em espaço público*. Tais factos consubstanciam a prática de uma contraordenação prevista e punida com uma moldura contraordenacional graduada de € 100,00 a € 2.500,00 nos termos do n.º 1 do artigo 17.º do referido Regulamento Municipal.

Aos 09.09.2014, deu-se início à instrução do respetivo processo de contraordenação.

II

Da notificação e defesa

O arguido foi notificado, por ofício n.º 3910, de 09.09.2014, via postal, aos 18.09.2014, para nos termos do disposto no artigo 32.º, n.º 10 da Constituição da República Portuguesa (C.R.P.) conjugado com

o artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, com a redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de Setembro, se pronunciar em sede do direito de audição e defesa, no prazo de 15 dias úteis sobre os factos, cuja prática lhe era imputável, não tendo apresentado em sede de exercício do direito de audição e defesa qualquer pronúncia sobre os factos, cuja prática lhe era imputável, na acusação. (Cf. fls. 11 a 20 dos presentes autos contraordenacionais)

III

Situação económica

Não foram apurados elementos concretos sobre a situação económica do arguido.

IV

Outras diligências

Não foram realizadas outras diligências no âmbito do presente processo de contraordenação.

V

Matéria de Facto Provada

De relevante para a discussão da causa, resultou provado o seguinte circunstancialismo fáctico:

- 1- O arguido é proprietário e detentor de três equídeos, um de cor cinzenta clara, um de cor cinzenta escura e outro de cor castanha;
- 2- Aos vinte e nove dias do mês de julho de dois mil e catorze, pelas 15 horas, em Marim – junto à rotunda do Monte – EN 125, freguesia de Quelfes, concelho de Olhão, foi verificado pela G.N.R., Posto de Moncarapacho, que se encontravam os três equídeos supra descritos, pertencentes ao arguido, presos com cordas numa propriedade privada, sem que o proprietário do terreno o tivesse permitido; (cf. fls. 2 a fls. 10 dos presentes autos contraordenacionais)
- 3- Na sequência do despacho exarado no auto de notícia pelo Exmo. Sr.º Vereador com competência delegada (em substituição) foi instaurado o presente processo de contraordenação contra, o ora aqui arguido CARLOS MANUEL BARÃO CABEÇAS, com domicílio

conhecido, na Estrada de Quelfes – Loja Espanha, freguesia de Quelfes, 8700, Concelho de Olhão.

- 4- Aos 09.09.2014, deu-se início à instrução do respetivo processo de contraordenação;
- 5- Regularmente notificado aos 18.09.2014, o arguido não se pronunciou em sede exercício do seu direito de audição e defesa, no prazo de 15 dias úteis a contar da data da notificação; (cf. fls. 11 a fls. 20 dos presentes autos contraordenacionais)

Matéria de Facto Não Provada

- 1 – Inexiste.

Motivação de Facto Provada e Não Provada

A convicção do Município fundou-se na apreciação e análise crítica da prova carreada para os autos.

Concretizando:

Atendeu-se, assim, aos factos descritos na acusação, nos autos de notícia elaborados por elementos do Posto Territorial de Olhão do Comando Territorial de Faro da GNR, dos quais resulta que o arguido na qualidade de proprietário e detentor dos três equídeos identificados nos concretos autos de notícia por contraordenação e respetivos relatórios fotográficos como sendo três equídeos, um de cor cinzenta clara, um de cor cinzenta escura e outro de cor castanha de pelagem curta, de cor castanha, que aos vinte e nove dias do mês de julho de dois mil e catorze, pelas 15 horas, em Marim – junto à rotunda do Monte – EN 125, freguesia de Quelfes, concelho de Olhão, conforme foi verificado pela G.N.R., Posto de Moncarapacho, se encontravam os três equídeos *supra* descritos, pertencentes ao arguido, presos com cordas numa propriedade privada, sem que o proprietário do terreno tivesse permitido, tudo nos termos do descrito nos autos de notícia juntos a fls. 2 a fls. 11.

O arguido não apresentou qualquer defesa aos factos imputados na acusação.

VI

Do Direito

O Regulamento sobre Apascentamento de Animais e permanência e Trânsito em espaço público, aprovado por deliberação tomada em reunião da Câmara Municipal em 14.05.2014, e aprovação da Assembleia Municipal, em sua sessão de 27.06.2014, determina as normas reguladoras do apascentamento de animais e da sua circulação e permanência em espaço público e em espaço privado de forma irregular, aplicável a todo o território de Olhão (cf. artigo 1.º, 2.º, 3.º e 25.º do referido Regulamento Municipal).

Este diploma estipula no seu Capítulo III – Do Apascentamento de animais (*ex vi* do artigo 4.º, alínea b) e f) do Regulamento Municipal *sobre Apascentamento de Animais e permanência e Trânsito em espaço público*)

Um regime de restrições e proibições, nomeadamente no seu artigo 7.º, n.º 2:

«Só é permitido o apascentamento de gado em propriedade privada e com autorização escrita do proprietário do prédio em causa.»

Enquadramento Jurídico – Contraordenacional:

O Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, com a redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de Setembro, que estabelece o Regime Geral das Contraordenações (R.G.C.O.) dispõe no artigo 1.º, que:

“Constitui contraordenação todo o facto ilícito e censurável que preencha um tipo legal no qual se comine uma coima.”

Sendo que, só será punível por contraordenação, o facto descrito e declarado passível de coima por lei anterior ao momento da sua prática, praticado com dolo ou, nos casos especialmente previstos na lei, com negligência, conforme dispõem os cotejos normativos dos artigos 2.º e 8.º, n.º 1 do citado Diploma Legal.

✓

Deste modo, o *Regulamento sobre Apascentamento de Animais e permanência e Trânsito em espaço público*, determina as normas reguladoras do apascentamento de animais e da sua circulação e permanência em espaço público e em espaço privado de forma irregular, aplicável a todo o território de Olhão, dispõe no seu artigo 16.º, 17.º e 18.º o regime contraordenacional por violação das normas constantes no aludido Regulamento, considerando nomeadamente que:

Artigo 16.º

«Constituem contraordenações, qualquer violação das normas constantes no presente Regulamento, nomeadamente:

- a) O apascentamento de animais em espaço público ou em propriedade privada sem autorização escrita do proprietário»*

Artigo 17.º

«n.º 1 – As contraordenações previstas nas alíneas a), b) e c), do artigo anterior, são punidas com coima graduada de € 100,00 a € 2.500,00 »

E ainda no seu n.º 7: «os montantes máximos e mínimos das coimas a aplicar às contraordenações, em caso de reincidência, são agravados com um acréscimo de 1/3, não podendo exceder o limite máximo previsto do regime geral das contraordenações»

«n.º 8 – A determinação da medida da coima é feita nos termos do disposto no regime geral das contraordenações, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na sua redação atualizada.»

«n.º 9: A tentativa e a negligência são puníveis»

Bem como,

O artigo 18.º Sanções Acessórias: «Consoante a gravidade da infração e a culpa do agente, pode a câmara Municipal de Olhão nos termos da lei geral, determinar, cumulativamente, as coimas, a aplicação da sanção acessória consubstanciada na perda de objetos pertencentes ao agente, incluindo animais.»

9

Artigo 19.º, n.º 1 «A competência para a instauração e instrução dos processos de contraordenação, bem como para a aplicação das respetivas coimas, compete ao Presidente da Câmara Municipal, podendo esta competência ser delegada num Vereador». (sublinhado nosso)

VII

Aplicação do direito aos factos

Atendendo ao circunstancialismo fáctico dada como provado (Cf. ponto V), dir-se-á que o arguido, na data indicada, praticou os factos descritos que consubstanciam a prática do Ilícito de Mera Ordenação Social referido (cf. artigo 16.º, alínea a) do *Regulamento sobre Apascentamento de Animais e permanência e Trânsito em espaço público*).

Assim sendo, resulta que aos vinte e nove dias do mês de julho de dois mil e catorze, pelas 15 horas, em Marim – junto à rotunda do Monte – EN 125, freguesia de Quelfes, concelho de Olhão, foi verificado pela G.N.R., Posto de Moncarapacho, que se encontravam os três equídeos, um de cor cinzenta clara, um de cor cinzenta escura e outro de cor castanha de pelagem curta, de cor castanha, todos pertencentes ao arguido, CARLOS MANUEL BARÃO CABEÇAS, presos com cordas numa propriedade privada, sem que o proprietário do terreno o tivesse permitido, tudo nos termos do descrito nos autos de notícia juntos a fls. 2 a 11, tendo conhecimento que a sua conduta era proibida, consubstanciava e consubstancia a prática de um Ilícito de Mera Ordenação Social.

Da análise aos presentes autos contraordenacionais, infere-se que o arguido sabia e não desconhecia que tal conduta lhe estava vedada por Lei e punida como Ilícito de Mera Ordenação Social.

Assim, agiu, o arguido dessa forma, sabendo que só seria permitido o apascentamento dos seus animais em propriedade privada se possuísse autorização escrita do proprietário do prédio em causa e sabendo que não possuía tal autorização (tipo de ilícito objetivo), ou seja, sem ter em conta as restrições ao apascentamento de animais a estava obrigado pelas normas regulamentares do Município de Olhão, portanto, mantendo os referidos três equídeos em apascentamento em propriedade privada sem possuir autorização escrita do proprietário do terreno.

Deste modo, o arguido não cumpriu a aludida restrição regulamentar, violando a Lei e prossequindo com a sua conduta, conformando-se com a infração e com o resultado que a mesma produziu, pelo que agiu de livre vontade e deliberadamente.

✓

Existe plena ligação entre a conduta e a vontade que lhe preside, o que permite afirmar que a culpa do arguido, como imputação do facto à responsabilidade social do autor, agiu mediante dolo, de acordo com o disposto no artigo 8.º, n.º 1 do Decreto – Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro. Designadamente com dolo direto, nos termos do estatuído no artigo 14.º, n.º 1 do Código Penal aplicável subsidiariamente *ex vi* por força do disposto no artigo 32.º do Decreto – Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro.

Não há atenuantes na conduta do arguido.

Inexistem causas de exclusão da culpa e da ilicitude.

Tais factos consubstanciam a prática de uma contraordenação prevista e punida com uma moldura contraordenacional graduada de € 100.00 a € 2.500.00 nos termos do n.º 1 do artigo 17.º do referido Regulamento Municipal.

VIII

Da gravidade da contraordenação

Como já mencionado *supra*, analisada a infração cometida, é a mesma considerada **grave** atendendo ao facto do arguido na qualidade de detentor dos referidos equídeos saber que teria de possuir autorização escrita do proprietário do terreno onde mantinha os seus equídeos, ignorando a restrição constante do artigo 7.º, n.º 2 do *Regulamento sobre Apascentamento de Animais e permanência e Trânsito em espaço público*, tendo conhecimento que a sua conduta era proibida, que consubstanciava e consubstancia a prática de um Ilícito de Mera Ordenação Social, não obstante, o arguido, ignorou sabendo que tal conduta lhe estava vedada por lei e punida como contraordenação conformou-se com a infração e com o resultado que a mesma produziu.

A gravidade da contraordenação está intimamente ligada à determinação da medida da coima, nos termos do estatuído no artigo 18.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro.

IX

Da culpa

Analisada a gravidade da infração cometida, atendendo ao expendido em VII, cumpre apreciar a culpa do arguido. A punição do arguido implica, além do facto típico e ilícito, que sobre ela recaia um

9

juízo de censura, face à atitude que a mesma expressa, aquando da sua prática. *Destarte*, remetendo para o explanado *supra*, verificamos que a conduta do arguido nunca deixou de ser típica e ilícita. Um facto, não obstante típico e ilícito pode não ter subjacente um juízo de censura em termos de culpa, caso em que falta o pressuposto material da punibilidade. Pelo que se torna, essencial apurar se o arguido agiu com culpa, dolosa ou negligente, pois este é o fundamento da aplicação da sanção e critério para a graduação da medida efetiva da mesma (Cf. o disposto nos artigos 8.º, n.º 1 e 18.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro).

Quer isto dizer que um dos princípios basilares do direito contraordenacional é o princípio da culpa.

E para que exista culpabilidade do agente no cometimento do facto é necessário que o mesmo lhe possa ser imputado a título de dolo ou negligência, consistindo o dolo “...no propósito de praticar o facto descrito na lei contra-ordenacional” e a negligência na “...falta do cuidado devido, que tem como consequência a realização do facto proibido por lei” (Cf. Simas Santos e Jorge Lopes de Sousa in “Contra-ordenações – Anotações ao Regime Geral,” 2007, 4.ª edição, p.139).

Como já mencionamos *supra* (VII), o arguido não acatou a proibição/restricção regulamentar aludida no n.º 2 do artigo 7.º, segundo a qual só é permitido manter animais em apascentamento em propriedade privada com autorização escrita do proprietário do prédio em causa, na medida em que aos vinte e nove dias do mês de julho de dois mil e catorze, pelas 15 horas, em Marim – junto à rotunda do Monte – EN 125, freguesia de Quelfes, concelho de Olhão, foi verificado pela G.N.R., Posto de Moncarapacho, que se encontravam os três equídeos, um de cor cinzenta clara, um de cor cinzenta escura e outro de cor castanha de pelagem curta, de cor castanha, todos pertencentes ao arguido, CARLOS MANUEL BARÃO CABEÇAS, presos com cordas numa propriedade privada, sem que o proprietário do terreno tivesse o permitido, tudo nos termos do descrito nos autos de notícia juntos a fls. 2 a 11, tendo conhecimento que a sua conduta era proibida, consubstanciava e consubstancia a prática de um Ilícito de Mera Ordenação Social, isto é, sabendo que só seria permitido o apascentamento dos seus animais em propriedade privada se possuísse autorização escrita do proprietário do prédio em causa e sabendo que não possuía tal autorização (tipo de ilícito objetivo), tudo nos termos do descrito nos autos de notícia e respetivo relatório fotográfico, junto a fls. 2 a fls. 11 dos presentes autos contraordenacionais.

O arguido manteve em apascentamento três equídeos em propriedade privada sem possuir autorização escrita do proprietário do terreno, ou seja, sem ter em conta as restrições ao apascentamento de animais a que estava obrigado pelas normas regulamentares do Município de Olhão, portanto, mantendo os referidos três equídeos em apascentamento em propriedade privada sem possuir autorização

4

escrita do proprietário do terreno, pelo que sabia e não deveria desconhecer que tal conduta lhe estava vedada por Lei e seria punida como Ilícito de Mera Ordenação Social, ainda assim conformou-se com a infração e com o resultado que a mesma produziu, agindo livre e deliberadamente.

Verificando-se, a existência de plena ligação entre a conduta e a vontade que lhe preside, o que permite concluir e afirmar a culpa do arguido, como imputação do facto à responsabilidade social do autor, por se verificarem os elementos “*conhecimento*” e “*vontade*” na prática da mesma e por se considerar que o arguido agiu com dolo, nos termos do disposto no artigo 8.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na medida em que, sabia ou não deveria desconhecer que os equídeos não podem ser deixados ao ar livre em locais de domínio privado sem a necessária autorização escrita dos proprietários dos terrenos.

Agiu, assim, o arguido com dolo, na modalidade de dolo direto, em virtude de ter representado que a conduta por si perpetrada preenchia um tipo de infração contraordenacional, e atuou com a intenção de a realizar, nos termos do estatuído no artigo 14.º, n.º 1 do Código Penal aplicável subsidiariamente *ex vi* por força do disposto no artigo 32.º do Decreto – Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro.

Acresce ainda que, em conformidade com o disposto no artigo 6.º do Código Civil “*a ignorância ou má interpretação da lei não justifica a falta do seu cumprimento nem isenta as pessoas das sanções nela estabelecidas.*”

Nestes termos, formula-se a seguinte proposta de decisão:

X

Proposta de Decisão

O Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, com a redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 323/2001, de 17 de Dezembro, dispõe na norma contida no artigo 17.º, n.º 1, que sempre que a lei não especifique de forma diferente, o montante máximo da coima a aplicar às pessoas singulares é de € 3.740,98. Contudo, acontece que o Ilícito de Mera Ordenação Social praticado pelo arguido se encontra padronizado na norma do artigo 16.º, alínea a) e 17.º, n.º 1 do *Regulamento sobre Apascentamento de Animais e permanência e Trânsito em espaço público*, sendo que o mencionado dispositivo legal preceitua que a prática da conduta descrita no artigo 16.º determina que “*Constituem contraordenações, qualquer violação das normas constantes no presente Regulamento, nomeadamente: a) o apascentamento*

de animais em espaço público ou em propriedade privada sem autorização escrita do proprietário» e, nessa medida o artigo 17.º estabelece no seu n.º 1 que « as contraordenações previstas nas alíneas a), b) e c) , do artigo anterior, são punidas com coima graduada de € 100,00 a € 2.500,00 » (sublinhado nosso)

Pelo que, prevendo a Lei (Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na redação atual) que em sede de processo de contraordenação social pode ser aplicada uma coima, sanções acessórias e admoestação, de acordo com o disposto no artigos 17.º, 21.º, 21.º - A e 51.º, e estipulando em cada uma das normas mencionadas os requisitos que pressupõe a aplicação de cada uma das medidas sancionatórias e das sanções acessórias, cumpre determinar a moldura contraordenacional aplicável à situação *subjudice*.

In casu, quer perante a gravidade da conduta, quer face ao determinar do arguido a um agir em desconformidade com o direito, **não pode deixar de concluir –se**, atendendo à gravidade do ilícito e da culpa do arguido, que no presente caso se fazem sentir, **pela aplicação de uma COIMA.**

Cumprido o primeiro momento da determinação da moldura contraordenacional aplicável ao caso concreto, há que prosseguir com a **determinação da sanção a aplicar ao Ilícito em causa, dentro dos limites fixados pela norma citada.**

Na determinação da sanção concreta, necessariamente ditada pelas exigências do normativo legal contido no artigo 18.º, n.º 1 do citado Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na redação atual, e pela censura que a conduta do arguido mereça, importa considerar os fatores enunciados na citada norma, designadamente há que atender à gravidade da contraordenação, da culpa, da situação económica do arguido e ao benefício económico que a mesma obteve da prática do ilícito.

Pelo que, há que ponderar o conjunto de circunstâncias internas e externas relacionadas com os acontecimentos, o dolo que é sempre direto, os fins do Ilícito de Mera Ordenação Social, a obtenção de benefício patrimonial pessoal sempre ilegítimo, o prejuízo sofrido, uma vez que tal conduta contende com a prossecução do interesse público, nomeadamente com as regras disciplinadoras nos domínios das condições de circulação e permanência de animais em espaço público, em especial sobre a ocupação indevida e abusiva da propriedade privada para efeitos de apascentamento indevido de animais (equídeos).

Realce-se que, compulsados os presentes autos contraordenacionais, extrai-se a conclusão que perante o exposto, não podemos proferir a pena de admoestação, uma vez que se encontra subjacente à sua aplicação, o grau reduzido da culpa, designadamente a prática do facto de modo negligente ou quando existam circunstâncias que atenuem a culpa, pressupostos estatuídos e definidos no artigo 51.º do Decreto

4

– Lei n.º 433/82, com a redação introduzida pelo Decreto – Lei n.º 244/95, de 14 de Setembro, os quais não se verificam *in casu*.

No tocante à gravidade da contraordenação, como já mencionamos, o arguido não pode sem mais, manter em apascentamento três equídeos em propriedade privada sem possuir a necessária autorização escrita para o efeito, de outro modo estará a abusar do direito de propriedade alheia. Pelo que, não será despiciendo notar que a conduta punida como contraordenação é o facto de o arguido, na qualidade de detentor dos referidos três equídeos, um de cor cinzenta clara, um de cor cinzenta escura e outro de cor castanha de pelagem curta, de cor castanha, manter em apascentamento os animais, ao ar livre, em propriedade privada sem que possuisse a necessária autorização escrita do proprietário para o efeito.

Daqui resulta, *in casu*, que o arguido, na qualidade de proprietário e detentor dos equídeos *supra* descritos, no local e data *supra* referenciados, manteve em apascentamento três equídeos, um de cor cinzenta clara, um de cor cinzenta escura e outro de cor castanha de pelagem curta, de cor castanha de pelagem curta, de cor castanha, em propriedade privada, sem que o arguido possuisse a necessária autorização do proprietário do terreno, tudo nos termos do descrito nos autos de notícia junto a fls. 2 a fls. 11, sendo que estes comportamentos reveladores da atitude ou comportamento que o mesmo teve perante a Lei, não acatando assim a proibição/restricção regulamentar aludida no n.º 2 do artigo 7.º estatuída no *Regulamento sobre Apascentamento de Animais e permanência e Trânsito em espaço público* segundo a qual só é permitido o apascentamento de animais em propriedade privada e com autorização escrita do proprietário do prédio em causa, constituindo uma infração, punida como contraordenação, a violação de tal norma, nomeadamente, nos casos em que três equídeos se encontram em apascentamento em propriedade privada sem autorização escrita do proprietário.

Assim, não podemos deixar de considerar de média gravidade a infração praticada, nomeadamente no que diz respeito à violação de determinadas disposições legais.

Deste modo, consideramos a gravidade da contraordenação, aferida pelas circunstâncias factuais anteriormente descritas quanto ao modo e forma de execução da infração, as suas consequências nos termos em que resultaram provados os factos e atenta, ainda, a natureza jurídica do dever legal violado pelo comportamento do arguido.

Quanto à sua situação económica, não foi possível apurar dados concretos relativos à situação económica do arguido, tendo em conta que o arguido regulamente notificado, não se pronunciou em sede de exercício do direito de audição e defesa, não arrolou testemunhas, nem juntou quais quer documentos respeitantes aos rendimentos auferidos.

2

Sendo que, no que respeita ao benefício económico auferido, o mesmo considera-se relevante na medida em que o arguido utilizou abusivamente propriedade privada alheia para manter em apascentamento os seus equídeos sem o pagamento de qualquer quantia ao proprietário pela utilização do terreno para os concretos efeitos.

Assim,

Considerando os factos dados como provados em V;

Considerando, a média gravidade da infração (VI) e a culpa do arguido já mencionada, a título de dolo direto (VII);

Considerando que, o benefício económico obtido pelo arguido com a prática da infrações foi relevante;


Ponderando as circunstâncias supra referidas e tomando por referência o comportamento refletido no enunciado fáctico, bem como as exigências de prevenção que no caso se fazem sentir, no sentido de não serem repetidas as mencionadas condutas, parece-nos ajustado propor a condenação do arguido pela prática da infração de que vem acusado, aplicando-lhe uma **COIMA**.

A moldura da coima abstratamente aplicável à infração tem, como limite mínimo € 100.00 e como limite máximo € 2.500,00, sendo dentro desta moldura (€ 100,00 - € 2.500,00) que a Edilidade tem de se movimentar para determinar o montante da coima a aplicar pela prática da infração, de harmonia com os critérios definidos na norma contida no artigo 18.º do Decreto – Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro.

Termos em que, tendo em consideração o disposto no citado artigo 18.º, n.º 1 do Decreto – Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, se propõe a aplicação da **COIMA** a fixar no valor de € 200,00 (duzentos euros), pela prática da infração de que vem acusado.

A esta sanção deverão acrescer custas no valor de uma UC (unidade de conta), devidas ao abrigo do preceituado no artigo 92.º do citado Diploma, que no momento se fixa em € 102,00 (cento e dois euros).

Face ao exposto, tendo em consideração o disposto no artigo 18.º, n.º 1 do Decreto – Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, propõe - se a aplicação de uma **COIMA** ao arguido CARLOS MANUEL BARÃO CABEÇAS, pela prática da infração de que vem acusado, nos termos e para os efeitos do artigo 16.º, alínea a) conjugado com o disposto no artigo 17.º, n.º 1 todos do *Regulamento sobre Apascentamento de Animais e permanência e Trânsito em espaço público*, por se revelar adequada e proporcional à gravidade da



contraordenação, da culpa e do benefício económico obtido com a prática do Ilícito de Mera Ordenação Social.

Mais, se propõe que:

O arguido seja notificado por via postal da Decisão e do Relatório que a fundamenta, da aplicação da coima nos presentes autos contraordenacionais, pela prática do Ilícito de Mera Ordenação Social supra mencionado.

De acordo com o prescrito no artigo 58.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, e na sequência da decisão supra informa-se que:

- A condenação transita em julgado e torna-se exequível se não for judicialmente impugnada pelo arguido ou seu defensor, no prazo de 20 (vinte) dias após o seu conhecimento pelo arguido (Cf. o disposto no artigo 59.º do citado Diploma);
- Nos termos do mencionado no artigo 59.º, n.º 3 do Diploma referido, a impugnação judicial deve ser escrita e apresentada neste Município, dela devendo constar alegações e conclusões;
- Em caso de impugnação judicial, o tribunal pode decidir mediante audiência ou, se a arguida e o Ministério Público não se opuserem, mediante simples despacho;
- Vigora a proibição da *reformatio in pejus* (Cf. artigo 72.º -A do Diploma citado);
- Todos os documentos apensos ao processo de contraordenação, encontram-se à sua disposição nas instalações do Município no Largo Sebastião Martins Mestre, Olhão, para consulta e passagem de certidões, todos os dias úteis das 09h às 12h e das 14h às 17h;
- Deve proceder ao pagamento da coima em que foi condenada no **prazo de 10 dias**, após o trânsito em julgado da decisão, através de uma das seguintes formas:

No Balcão Único do Município de Olhão,

Depósito ou transferência bancária na conta da Caixa Geral de Depósitos a que corresponde o NIB 003505550000125483029, devendo remeter-nos comprovativo do pagamento à ordem do respetivo processo,

Envio de cheque à ordem do Município de Olhão, com indicação do respetivo processo, do qual após boa cobrança será remetida guia de depósito, como prova de pagamento.

Caso o pagamento no prazo fixado não seja possível, deverá comunicar tal facto, por escrito e antes do termo daquele prazo, ao Município (Cf. o prescrito no artigo 58.º, n.º 3 alínea b) do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro).

A Consideração Superior,

A Instrutora,



(Andreia Romão Ventura)

(Por competência delegada, ao abrigo do despacho n.º 12/2017, de 30 de janeiro de 2017)

Olhão, 24 de julho de 2017

